

LATINIDADE: TRADIÇÃO EM CONTEMPORANEIDADE

CLEMILTON PEREIRA DOS SANTOS*


Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Mestrado Profissional em Letras em Rede (UFRN/EMS), Mato Grosso do Sul, MS, Brasil.

Recebido em: 16 mar. 2019. Aprovado em: 17 jun. 2019.

Como citar este artigo: SANTOS, C. P. dos. Latinidade: tradição em contemporaneidade. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 19, n. 2, p. 142-153, 2019. doi: 10.5935/cadernosletras.v19n2p142-153

Resumo

Cientes do fato de que cada sociedade recebe traços e características novos, sem, no entanto, eximir-se de suas tradições, podendo até mesmo transformá-las e atualizá-las conforme suas necessidades e usos diários, neste artigo abordamos aspectos da cultura latina (formação familiar, religião) a partir de Grimal (1999) e aspectos culturais do povo brasileiro, a fim de nos certificarmos de que a tradição greco-latina se faz atuante em nosso cotidiano, apesar das incursões de colonialidade do saber e do ser, conforme menciona Mignolo (2005).

* E-mail: clemilton.ps@uems.br
 <https://orcid.org/0000-0003-3982-5010>

Palavras-chave

Cultura greco-latina. Tradição. Contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

No curso de toda a história da humanidade, temos de concordar que sempre houve aqueles que foram colonizados em detrimento daqueles que colonizam. No entanto, no que diz respeito à postura de cada povo, ora ele se porta como colonizador, ora pode estar na posição de subalterno. Em meio aos papéis assumidos e a assumir, do tradicional ao contemporâneo, passemos a alguns aspectos da cultura greco-latina a partir de Grimal (1999) a fim de percebermos o quanto nosso imaginário cultural coletivo, o tradicional de outrora, faz-se usual na contemporaneidade.

QUO IMUS: DA CULTURA GRECO-LATINA À FORMAÇÃO DE NOSSA CULTURA LATINO-AMERICANA, MAIS LATINA QUE AMERICANA?

Na história romana, em que se mesclam memórias, mitologia e história, Rômulo, neto de Júpiter, preocupa-se em transmitir a imagem de um povo virtuoso e exigente no tocante à moral e aos bons costumes, e demonstra sua preocupação com o povo excluído, independentemente de sua nacionalidade. Segundo Grimal (1999), Rômulo cria um asilo com o intuito de acolher aqueles que foram excluídos por algum motivo de seus lugares de origem. “Segundo a tradição, Rômulo, o fundador, criou um ‘asilo’ entre as duas cúspides ou partes mais elevadas da Capitólio para acolher aqueles que, por alguma razão, foram excluídos das suas cidades natais” (GRIMAL, 1999, p. 7), ou seja, estavam *in between*, em situação de fronteira.

A partir das palavras de Grimal (1999), percebemos fortemente o ideal de vida em coletividade e pela coletividade. O homem, no papel de pai na sociedade familiar romana, podia oferecer sacrifício por qualquer membro da comunidade, em tempos de guerra e de paz, independentemente da origem desse membro.

Quaisquer que sejam as origens de suas leis, sem dúvida as suas raízes estão no passado mágico da realeza tribal, aos romanos parecia um gesto quase normal a consumação do sacrifício solene consentido implicitamente por cada membro da comunidade de forma permanente tanto durante a guerra quanto durante a paz (GRIMAL, 1999, p. 42).

Um dever cívico que, segundo Grimal (1999), estabeleceu-se perante o poder do patriarcado, assegurando a manutenção da hierarquia social em comunidade. O pai era o eixo das ações, o responsável pelo sustento familiar e pela manutenção da religiosidade. O protetor dos membros da família, considerada a principal célula da sociedade. Autoridade perpetuada pelos costumes romanos, o pai era o “Fomentador do alimento diário, [o pai] transmitia aos membros da casa as práticas religiosas, que simbolizavam o caráter eminente das pessoas em relação a cada um dos demais membros familiares” (GRIMAL, 1999, p. 42).

Segundo o latinista e historiador francês, a principal das virtudes do romano está no ideal de permanência, da ordem, da fecundidade da terra, da família e da raça e na estabilidade da propriedade.

Ao romano, a essencial virtude está ligada ao ideal campesino, a virtude da “permanência”. O bom e perfeito estará ligado à manutenção da ordem existente, à fertilidade da terra, à esperança da colheita, ao término de cada ano, à renovação periódica da raça e à estabilidade da propriedade (GRIMAL, 1999, p. 42).

Contraopondo-se ao capitalismo atual, o luxo era criticado pelos romanos em razão do distanciamento que podia provocar em relação aos verdadeiros valores e ao ser humano: “Sem dúvida, luxo, no sentido moderno, é condenado por seus efeitos morais, porque desenvolve o gosto pelo lucro, o que separa o indivíduo de suas verdadeiras tarefas, favorecendo a preguiça” (GRIMAL, 1999, p. 42-43). O viver no luxo proporcionava aos romanos, na Antiguidade, um valor fugaz, contrastivo com o ideal de permanência apregoado e valorizado pelos seus.

Tudo que interfere no direito e no dever, na cidadania das pessoas, é visto como negativo aos romanos. Embora não fossem muito rígidos, toda infração às regras ancestrais, toda tentativa de novidade que colocasse em risco o ideal de permanência, o conservadorismo dos romanos, os conhecimentos ancestrais e a usurpação da cidadania, eram vistas como algo negativo.

Mas essas queixas são nada mais do que secundárias; a moral romana não era tão severa contra os abusos na vida cotidiana se as queixas não se fundamentassem na desconfiança, essencialmente campesina, contra a novidade, a disciplina ancestral, tudo que extrapolasse os limites da cidadania (GRIMAL, 1999, p. 430).

As informações sobre os romanos permitem constatar que, para eles, o ideal de cidadania é muito forte, a ponto de o ser humano estar sujeito à tradição popular, a qual, se respeitada, conferia e promovia cidadania, independentemente das transformações econômicas e sociais.

Embora a religião seja forte, para Grimal (1999) essas virtudes dos romanos não são determinadas pela religiosidade. Os deuses não interferem no desenvolvimento dos fatos cotidianos da vida dos romanos, exceto se os valores tradicionais forem denegridos. Segundo o latinista, “Os deuses não ordenam aos homens o seguir este ou aquele caminho. Não exigem qualquer coisa diferente do cumprimento dos ritos tradicionais” (GRIMAL, 1999, p. 43).

Roma era, religiosamente, muito fria, o que determinou a fácil aceitação, por parte do seu povo, de outras religiões, a exemplo do cristianismo:

Roma se mostrou muito acolhedora em relação aos cultos orientais mais emotivos e suscetíveis de satisfazer as necessidades profundas da alma. Em outras palavras, o formalismo vazio da religião romana teria preparado o caminho do cristianismo (GRIMAL, 1999, p. 43).

Os romanos acreditavam que, em determinados dias, os mortos saíam de suas tumbas para apaziguar os vivos:

Os ancestrais não estavam trancados na tumba: certos dias do ano saíam delas. As portas do inferno se abriram e os vivos deviam apaziguar os *manes*, que eram chamados por um nome destinado a fazê-los propícios (*manes* significa, de fato, “bom”), porque, na verdade, sabiam que eles eram capazes de ser muito ruins (GRIMAL, 1999, p. 44).

Entre as superstições romanas, destacava-se a de os romanos possuírem, em suas casas, altares com imagens de divindades, a quem os familiares deveriam oferecer

Ofertas domésticas diante do altar. “Tão pouco se deixava de oferecer a cada mês, pastéis de farinha e mel, leite, vinho, flores, recompensas pelos seus bons

ofícios. A casa em si tinha seus espíritos guardiões, como tinha todo o lugar, demônio protetor de quem se acredita ou suspeita. Esse anjo recebia ofertas diante do altar doméstico (GRIMAL, 1999, p. 44).

Conforme Grimal (1999), a religião oficial não impunha objeções aos mais diversos cultos e animismos espontâneos, pois tais cultos contribuíam para manter o equilíbrio entre o divino e o humano sempre ameaçado. A vida campesina era impregnada de religiosidade, sendo os próprios camponeses que praticavam atos para manter a paz com o mundo sobrenatural: “Era o próprio agricultor quem cumpria, pessoalmente, os atos de manter a paz com mundo sobrenatural” (GRIMAL, 1999, p. 44).

Os romanos acreditavam que os males podiam ocorrer ou ser desencadeados por uma ação humana que desorganizasse o meio ambiente. Dessa forma, caso uma tragédia ocorresse, isso corresponderia ao ato de ter algo fora do seu lugar de origem. Dessa forma, as coisas sagradas eram devolvidas ao seu lugar todas as vezes em que algo muito sério acontecia ou retiradas dele.

Nas palavras de Grimal (1999, p. 43-44):

Os romanos designavam por *pietas* a atitude que consistia em observar, cuidadosamente, não só os ritos, mas também as relações entre as pessoas dentro do mesmo universo. Em princípio *pietas* foi uma espécie de justiça do mundo imaterial, mantendo as coisas espirituais no lugar ou devolvendo-as a seu devido lugar toda vez que um acidente revelara a existência de alguma perturbação.

Assim, observavam-se os movimentos da Terra e da vida na Terra como um ritual mediante o qual era possível conhecer as causas e as consequências dos fatos. Um reflexo dessa ligação com a natureza estava no fato de que ambientes naturais antigos (pedras, árvores) também eram considerados santuários naturais: “Reservas onde os faunos – semideuses e ninfas, divindades femininas que protegiam os reinos, tinham vivido” (GRIMAL, 1999, p. 44).

Pietas, para os romanos, correspondia à justiça, à obediência e ao respeito à hierarquia, cujo desrespeito era expiado religiosamente para que a ordem fosse restabelecida. Em caso de uma criança cometer infração, desrespeitando ou faltando com obediência ao pai, ela devia ser condenada à morte.

Uma criança que desobedece a seu pai, atingindo-o, é um monstro, uma pessoa que excede os limites do regular, ou seja, contrário à ordem natural. Seu ato deve ser expiado religiosamente para que essa ordem seja restaurada.

Expição geralmente consistia na morte do culpado, que era declarado *sacer* (GRIMAL, 1999, p. 45)¹.

Passava seu lugar a não pertencer mais ao grupo dos cidadãos e, conseqüentemente, à comunidade, mas sim aos deuses: “Pertencia aos deuses e deixava de participar na comunidade humana. Deixava de participar dos benefícios e direitos dos cidadãos sobre a terra. Devia desaparecer” (GRIMAL, 1999, p. 45).

De modo geral, segundo Grimal (1999, p. 45), *pietas* também se manifestava por intermédio dos mais diversos membros de grupos, configurando-se como um conjunto de diretrizes, bons costumes, uma fórmula de justiça universal que devia ser seguida pelo povo romano, com a finalidade de garantir a relação interpessoal e o ideal de humanismo: “Existe, portanto, uma *pietas* para os deuses; mas ela também existe para os membros de vários grupos a que pertencia, para a própria cidade, e para além dela, finalmente, para todos os seres humanos”.

A personificação de *pietas* deu-se, no âmbito jurídico, por intermédio do *jus gentium*, uma espécie de conselho de juizes a quem cabia garantir o cumprimento das leis. No entanto, de modo geral, cabia a todos os seres humanos o ato de acompanhar, nas relações interpessoais, o cumprimento das diretrizes humanas. Uma das manifestações mais primitivas da fé – *pietas* – estava no respeito aos compromissos e à fé (Pietas tinha Júpiter por companheiro), a fim de manter a ordem, garantindo os limites de território, a boa relação entre os homens:

Uma das primeiras manifestações de *pietas* era o respeito pelos compromissos, a fidelidade. Fides, figura divinizada no Capitólio, onde ela tem seu templo ao lado de *Jupiter Optimus Maximus*. Ela está lá para garantir a boa-fé em toda a vida social. Carrega oficialmente o título de *Fides Populi Romani* (Boa-fé do povo romano), e, como o deus, o vizinho. Em resumo, garante a sobrevivência dos costumes ou marcos (limites da cidade, limites de campos, e tudo que deve estar no local para que a ordem das coisas sejam salvaguardada), *Fides* era invocada para transmitir a noção de que a palavra dada era compromisso, a base da sociedade e da ordem política, um contrato definido pelos diferentes costumes, que liga os cidadãos entre si (GRIMAL, 1999, p. 45).

¹ Segundo a *Wikipédia*, trata-se de uma figura que, pela lei romana, era excluída de seus direitos civis, mas que, ao mesmo tempo, era considerada santa no sentido negativo.

A cidadania está calcada na palavra e na fé. Faltar com a palavra e com a fé é comprometer a cidadania: “Faltar com a palavra pode comprometer a estrutura de toda a cidadania. É fácil entender por que *fides* foi uma das virtudes norteadoras da moral romana” (GRIMAL, 1999, p. 45). O ideal romano de virtude, *pietas*, fé, disciplina, respeito, fidelidade aos compromissos, domina todos os aspectos da vida dos romanos desde o aspecto social até o militar e econômico, sendo a religião o grande sistema que garantia o efetivo respeito a essas virtudes. Um sistema adotado para manter a ordem e combater as ameaças. Assim sendo, aqueles que a esses valores se submetessem tinham como recompensa o mundo invisível, ou seja, a eternidade.

Ser lembrado por suas virtudes gloriosas e ter seu nome perpetuado era muito importante para os romanos, pois “Nada importa tanto aos romanos como possuir uma boa reputação e deixar depois da morte um nome virtuoso” (GRIMAL, 1999, p. 46). Possuir um nome virtuoso pelo qual fosse recordado por meio da boca e dos olhares dos viventes ao recordarem seus feitos – por isso, os romanos adornavam seus túmulos com intuito de que o maior número possível de pessoas falassem sobre o morto, pois acreditavam que, quanto mais se falasse dele(a), mais ele(a) estaria satisfeito(a) onde estivesse. Assim,

O túmulo não é apenas um lugar de descanso [...] é, sobretudo, um monumento, um sinal dirigido aos vivos e que perpetua a memória das ações do morto. Portanto, as sepulturas aparecem em grande número às portas e ao longo das estradas que levam às cidades; quanto maior fosse o número de pedestres para ler as inscrições fúnebres, para proferir, embora de uma forma mecânica, o nome do falecido, mais ele ficaria satisfeito, e muito mais seria perpétuo “sobre os lábios dos homens”. É também a razão pela qual as sepulturas eram decoradas com estátuas e bustos esculpidos à semelhança dos que estão ali; uma arte muitas vezes rude, despreocupada em idealizar seus modelos, mas com a habilidade de passar para a pedra os traços do homenageado (GRIMAL, 1999, p. 46).

Para Grimal, talvez a preocupação em se eternizar no pós-morte correspondesse ao fato de que, no âmbito dos ocupantes da magistratura, não era possível ocupar o cargo por mais de um mandato.

Com o desaparecimento de César, Roma passa a defender a concepção de um Estado cujo poder fosse exercido não mais por um cônsul eleito anualmente, mas, sim, por um príncipe, moderador do Estado e protetor de todos.

Um “primeiro cidadão” (*princeps*) moderador do Estado, protetor de todas as ordens e designado para esse papel devido ao seu valor, à sua autoridade, aos seus méritos e também às inúmeras qualidades que fazem com que um homem tenha “a mão feliz”, que se beneficie da proteção visível da divindade (GRIMAL, 1999, p. 48).

Augusto passa a ser o grande imperador e procura moralizar o império, assegurando o equilíbrio, restringindo o luxo e se esforçando para restaurar os antigos valores morais, um tanto perdidos no reinado de Nero. Augusto procura retomar a aura de santidade ao matrimônio, ameaçado pela prática abusiva do divórcio. Nas palavras de Grimal (1999, p. 48),

Muitas das reformas de Augusto, tanto políticas quanto religiosas, respondem a essa concepção do homem excepcional, encarregado de uma missão divina e preocupado em assegurar o equilíbrio, ameaçado pelos excessos que aparecem em todos os lugares. Por isso, Augusto se esforçou em restaurar os antigos valores morais e restringir o luxo, dando um exemplo de austeridade; devolvendo ao casamento a aura de santidade, ameaçada por mau comportamento generalizado e pela prática abusiva do divórcio. Do mesmo modo, promoveu a valorização dos velhos cultos caídos em desuso e encarregou Virgílio de cantar a santidade da vida no campo, refúgio de pureza e simplicidade. O principado de Augusto aparece como tentativa de retorno ao tempo passado, mas justificando, por todos os meios possíveis, a restauração do que não tinha sido no passado mais que instinto e feliz fortuna dos romanos.

Segundo Grimal (1999), a escola foi a grande responsável pelo ensino e pela estabilização dos valores morais da Roma antiga. A ela coube moldar o povo e lhe conferir a cidadania e o humanismo. Seus ensinamentos foram fundamentais para conservar o espírito tradicional romano diante da covardia de alguns príncipes.

Os valores morais antigos tinham sido impostos aos romanos desde a escola, e o ensino de filosofia confirmava, com esses argumentos da razão, aquilo que haviam sido habituados a conceber como o ideal natural do homem. A influência do ensino foi certamente um dos fatores que ajudaram a estabilizar e preservar o espírito tradicional romano (GRIMAL, 1999, p. 49).

Os romanos sempre foram muito místicos, pois, além da Igreja, como religião oficial, acreditavam na força dos astros e do sobrenatural, bem como na ideia de que as almas boas voltavam aos céus.

No tocante à valorização humanística, para os romanos o grande homem era aquele que, independentemente de viver no sítio ou na cidade, podia ser um grande político, um grande poeta, um grande pensador, estando nele reunidas as qualidades de sabedoria e cultura. Havia uma grande preocupação em oferecer bons professores tanto às crianças quanto aos jovens que estavam em idade universitária, tanto é que Grimal (1999, p. 50) destaca a presença diversa de pessoas instruindo o povo: “Não era difícil de se encontrar um retórico gaulês com um latino-americano e um ateniense, todos falando a mesma língua, latim, e ensinando a mesma moral e mesma estética”.

Embora nos núcleos provinciais houvesse essa valorização do humanismo, o povo que residia no campo levava uma vida distante das razões de viver dos cidadãos, abertos a influências das religiões orientais que chegam até Roma: o culto a Ísis, com seus sacerdotes vestidos de linho entoando cânticos regidos com instrumentos musicais, seus segredos e abstenções de carne e dos desejos amorosos, permanecendo puros como doação à deusa; o culto ao deus persa chamado de Mitra, o Sol rei. Segundo Grimal (1999, p. 51), Mitra,

A princípio, parece ter sido, sobretudo, o protetor dos soldados e em sua religião se mesclaram contribuições advindas de todas as regiões da Ásia Menor e crenças iranianas misturadas com uma teologia de origem semita. Aos olhos dos fiéis, Mitra é o Rei-Sol, o Sol Invencível. Contava-se que uma rocha nasceu no dia do solstício de inverno e os pastores vieram espontaneamente para oferecer os produtos de seus rebanhos. Desde as suas origens iranianas Mitra tinha herdado uma lenda do significado cósmico. Mostravam-no lutando com um touro, tendo sido este finalmente imolado com uma faca apunhalada na garganta. E o sangue do animal sagrado, derramado sobre a terra a havia fertilizado, dando origem a plantas nutritivas. Dizia-se que os homens deviam a Mitra inúmeros benefícios, incluindo todos os que provinham da natureza, pois Mitra em outros tempos semelhante a Hercules tinha lutado para defender a terra dos golpes, açoites que a despedaçavam.

Um rei Sol que imolava os animais com intuito de proporcionar ao povo uma terra fecunda, cabendo aos seres humanos oferecer culto a ele, tendo em vista a infinidade de benesses com que os presenteava, incluindo aí a natureza. A religião Mitra estava agrupada em igrejas conduzidas por um clero que prestava juramentos e lealdades aos seus mandamentos. Nas palavras de Grimal (1999, p. 51), “os mandamentos da religião Mitra formavam uma moral de inspiração muito elevada, fundada na lealdade, no horror à mentira, na fraternidade humana e no desejo de pureza”. Segundo Grimal (1999), a religião

Mitra, com seu culto ao deus Sol, monoteísta, contribuiu para o surgimento do cristianismo, à medida que foi tornando inaceitável a religião politeísta e materializando a luta do mal contra o bem.

Roma, desde a sua origem, conhecia a magia (GRIMAL, 1999, p. 52), e, sobretudo, as mulheres a praticavam. Como necromancia, Grimal (1999) faz uma alusão à figura de Canídia, de Horácio, que desenterrava corpos a fim de encontrar os componentes necessários para a realização das magias, ou para que os maridos permanecessem ao lado das esposas, ou para que os homens que praticassem atos molestadores tivessem suas vidas abreviadas. Segundo o autor, havia, na vida cotidiana dos romanos, grande número de astrólogos, feiticeiros, adivinhadores: “Astrólogos, mágicos, feiticeiros, videntes de toda classe dominavam, sob o Império, a vida religiosa diária” (GRIMAL, 1999, p. 52). Essa presença está comprovada pela quantidade de tablitas de malefícios, onde estão registradas as invocações:

As divindades infernais (os demônios das religiões orientais) asseguravam a vitória de um concorrente em uma corrida de carros, causando a derrota dos outros, como também, muitas vezes, pedindo aos demônios que a doença ou morte recaia sobre o inimigo (GRIMAL, 1999, p. 52).

Quanto ao controle e à rigidez desempenhados pelas autoridades religiosas, Grimal (1999) ressalta não serem tão rígidas, exceto nos momentos nos quais as celebrações ou reuniões alcançavam um estágio de orgia em demasia, a exemplo das mutilações e dos sacrifícios assumidos pelos participantes. De vez em quando, surgiam cerimônias místicas para celebrar orgias, mas as autoridades intervinham e a ordem se restabelecia, pois, embora não fosse proibido o culto a outros deuses, a outras religiões, a exemplo das realizadas na religião dionisíaca, os exageros eram cerceados, pois as práticas religiosas não podiam pôr em perigo o equilíbrio e a disciplina na cidade: “Não havia neste nada que pudesse profundamente chocar a consciência religiosa dos romanos” (GRIMAL, 1999, p. 53).

O cristianismo acenava para a possibilidade de o homem se igualar a Deus, ou seja, o homem feito à imagem e semelhança de Deus: “A pregação cristã, às vezes, oferecia o risco de comprometer a organização social, pregando a igualdade dos homens perante Deus” (GRIMAL, 1999, p. 53). Eram alguns ensinamentos que se aliavam à inaceitação do cristianismo no tocante ao *status* de divino conferido aos imperadores:

No geral, foram os cristãos que se mostraram agressivos, recusando-se a aceitar o que havia se tornado o princípio essencial da vida política, a divindade do imperador, e recusando o juramento militar, que era essencialmente religioso (GRIMAL, 1999, p. 53).

Tem-se a sensação de que foram os cristãos os responsáveis pelas mais diversas perseguições de que também foram vítimas, tendo em vista o fato de não aceitarem que os reis chamassem para suas pessoas a divindade a fim de se manterem no poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diversos apontamentos desenvolvidos no decorrer do texto, concernentes a aspectos místico-religiosos, sociais, familiares, podemos perceber que, embora tenhamos diversas tentativas de submissão do imaginário cultural coletivo dos brasileiros materializadas em discursos capitalistas tão eminentes na contemporaneidade, verificamos o quanto as ações, costumes adotados por nós, brasileiros, encontram-se em processo de reatualização das tradições greco-latinas que chegaram até nós por uma segunda, terceira... via e que nos ajudam a entender, conhecer e reconhecer a cultura greco-latina tão necessária para a construção de nossa identidade latino-americana, quiçá mais latina que americana em tempos de desumanidades.

Latinity: tradition in contemporary

Abstract

Aware of the fact that each society receives new traits and characteristics, without, however, exempting themselves from their traditions, and may even transform and update them according to their daily needs and uses. In this article we will discuss aspects of Latin culture (family formation, religion) from Grimal (1999) and cultural aspects of the Brazilian people, in order to make sure that the Greco-Latin tradition is active in our daily lives, despite the incursions of coloniality of knowledge and being, as mentioned by Mignolo (2005).

Keywords

Greco-Latin culture. Tradition. Contemporaneity.

REFERÊNCIAS

GRIMAL, P. *La civilización romana*. Vida, costumbres, leyes, artes. Traducción J. de C. Serra y Ràfols Cubierta de Victor Viano. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción de colonial*. Traducción Silvia Jawerbaun y Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2005.